

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 232 – 03/01 à 07/01/2022

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[2022 inicia com a entrada em vigor de nove novas NRs](#)

Revista Proteção - 03/01/2022

E o ano inicia com uma série de mudanças a serem acompanhadas de perto pelos profissionais de SST. Os novos textos das NRs 1 (GRO), 5 (CIPA), 7 (PCMSO), 9 (Avaliação e Controle de Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos), 17 (Ergonomia), 18 (Construção), 19 (Explosivos), 30 (Aquaviários) e 37 (Plataformas de Petróleo) estão valendo a partir de hoje, dia 3 de janeiro. Além deles foram atualizados e passam a vigorar, nesta mesma data, os Anexos 1 (Vibração) e 3 (Calor) da NR 9 e 4 (Benzeno em Postos Revendedores de Combustíveis) da NR 20 (Inflamáveis e Combustíveis).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Bombeiro civil de entidade educacional consegue adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/01/2022

O relator do recurso de revista do bombeiro, ministro Cláudio Brandão, explicou que o artigo 2º da Lei 11.901/09 considera bombeiro civil o profissional que, devidamente habilitado, exerça, em caráter habitual, função remunerada e exclusiva de prevenção e combate a incêndio, como empregado contratado diretamente por empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, ou empresas especializadas em prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio. Porém, a seu ver, o termo “exclusiva” utilizado na lei não pode ser interpretado literalmente, sob pena de prejudicar o profissional que, além de prevenir e combater o fogo, presta outros serviços compatíveis com a atividade principal.



## Notícias do Executivo

### [Ano foi marcado pela retomada do emprego no Brasil](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 05/01/2022

De acordo com os últimos dados disponíveis do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), em 2021 (de janeiro a novembro), o Brasil gerou aproximadamente 3 milhões de novas vagas de emprego. Desde janeiro de 2021, o saldo acumulado de vínculos mostra tendência de crescimento.

### [Carteira de Trabalho Digital passa dos 558 milhões de acessos](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 05/01/2022

Os serviços da Carteira de Trabalho Digital alcançaram 558,7 milhões de acessos desde janeiro de 2019. É um dos aplicativos do governo federal mais utilizados. Somente em 2021, foram registrados 277,7 milhões de acessos. Em 2020, foram 272,9 milhões de acessos, realizados por 29,2 milhões de usuários. Desde 2019, 44,3 milhões de trabalhadores já baixaram o aplicativo em telefones e tablets. O maior número de downloads foi por aparelhos que usam o sistema Android: 38,4 milhões. Somando dispositivos móveis e web, já foram mais de 52,1 milhões de trabalhadores beneficiados com a digitalização do serviço.

### [Microempresas e MEIs têm até fevereiro para renegociar dívidas com até 70% de desconto](#)

Ministério da Economia - 07/01/2022

A s empresas optantes pelo Simples Nacional e os microempreendedores individuais (MEI) têm até 25 de fevereiro para renegociar débitos inscritos em dívida da União com até 70% de desconto e prazo de até 145 meses. O Programa de Retomada Fiscal da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, prorrogado até o dia 25 de fevereiro de 2022, prevê descontos, entrada facilitada e prazo ampliado para pagamento. Os descontos podem

chegar a até 100% dos juros, multas e encargos legais, limitado a 70% do valor total do débito.

### [Opção pelo Simples Nacional em 2022 vai até o próximo dia 31](#)

Ministério da Economia - 04/01/2022

Começou o prazo de opção pelo regime de tributação do Simples Nacional, que irá ocorrer até o dia 31 de janeiro. Ela deve ser feita por microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). Solicitantes não podem fazer parte das vedações previstas na Lei Complementar 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Para as empresas já em atividade, a solicitação de opção poderá ser feita até o último dia útil. Caso aceita, valerá a partir de 1º de janeiro deste ano (caráter retroativo).

### [Nota Informativa da SPE mostra benefícios da MP que moderniza cartórios](#)

Ministério da Economia - 04/01/2022

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia publicou, nesta terça-feira (4/1), a [Nota Informativa Sistema Eletrônico de Registros Públicos - Serp](#) em que apresenta os benefícios do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), regulamentado pela [Medida Provisória nº 1.085/2021](#) – a [MP de Modernização dos Registros Públicos](#) –, que entrou em vigor na última semana. Segundo a Nota, o Serp cria um arcabouço legal para a modernização tecnológica segura dos registros públicos e vai ajudar na recuperação econômica do país, que ainda sente o impacto da pandemia da Covid-19, porque aumenta a segurança jurídica e a produtividade da economia, com benefícios para toda a sociedade.

### [PGFN prorroga prazo para aderir a negociações do Programa de Retomada Fiscal com benefícios](#)

Ministério da Economia - 03/01/2022

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prorrogou – por meio da [Portaria 15.059, de 24 de dezembro de 2021](#) – até 25 de fevereiro de 2022 o prazo para adesão às negociações do Programa de Retomada Fiscal. Poderão ser negociados, no âmbito do Programa, os débitos do FGTS e os inscritos na Dívida Ativa da União até 31 de janeiro de 2022. As negociações podem conceder desconto, entrada facilitada e prazo ampliado para pagamento. Aqueles que já possuem acordos de transação formalizados poderão negociar novas inscrições com as mesmas condições da negociação original. Para tanto, basta recorrer ao serviço repactuação de transação.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT recebe 34.673 denúncias em 2021](#)

Ministério Público do Trabalho - 06/01/2022

O Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentou, em 2021, números de destaque no enfrentamento às irregularidades trabalhistas em todo o País. Desde a necessária preservação do meio ambiente de trabalho, especialmente em razão da covid-19, até fiscalizações de trabalho escravo e infantil, ações contra assédio moral e sexual, fraudes trabalhistas e outras violações laborais. Somadas as atuações das 24 regionais distribuídas pelo Brasil, foram apresentadas ao MPT um total de 34.673 denúncias.

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Em protesto contra a falta de regulamentação do bônus, 160 Auditores do Trabalho entregam cargos de chefia e coordenação](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 05/01/2022

Em protesto contra a omissão do governo quanto à regulamentação do Bônus de Eficiência e Produtividade, chegou a 160 o número de Auditores-Fiscais do Trabalho que entregaram seus cargos de chefia e de coordenação. A quantidade é o balanço até esta quarta-feira, 5 de janeiro, e representa mais da metade dos postos em comissão, que são 298. A entrega ocorre desde a última semana de dezembro e terá continuidade nos próximos dias.

### [Definição da Síndrome de Burnout como doença ligada ao trabalho começa a valer a partir deste ano](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 04/01/2022

Conhecida também como síndrome do esgotamento profissional a doença de Burnout é um distúrbio emocional, que tem como principais sintomas a exaustão extrema, estresse e esgotamento físico, resultado de trabalho desgastante, que demanda muita competitividade ou responsabilidade. Em 2019 foi classificada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como estresse crônico ligado a um trabalho administrado sem sucesso. Essa nova definição começou a valer oficialmente em 2022. Na avaliação de especialistas da área jurídica, a partir do momento em que é considerado doença ligada ao trabalho, poderá gerar aumento de ações trabalhistas na justiça. A questão vem sendo discutida nos tribunais há algum tempo, porém com a ação da OMS, as responsabilidades de empregado e empregador ficam mais claras.

## Outras Notícias

### [TST condena clube a pagar indenização a família de jogador morto por AVC](#)

Consultor Jurídico - 08/01/2022

Com o entendimento de que houve no caso a relação de causa e efeito entre a atividade profissional do atleta e a sua morte, o que equivale a um acidente de trabalho, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a condenação do Esporte Clube Bahia ao pagamento de indenização de R\$ 150 mil à viúva e às filhas do jogador Cléber, que morreu em 2007 em decorrência de um acidente vascular cerebral (AVC).

### [TST nega recurso contra penhora de salário para pagamento de dívida](#)

Consultor Jurídico - 06/01/2022

O Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso interposto por um servidor público federal contra a penhora de parte de seus vencimentos para o pagamento de dívidas trabalhistas de um bar do qual era sócio. Ao rejeitar o recurso, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) entendeu que a penhora preencheu todos os requisitos legais de validade e se prestava ao pagamento de prestação alimentícia.

### [Justiça não reconhece vínculo de emprego entre corretor de imóveis e construtora](#)

Consultor Jurídico - 05/01/2022

Por entender que ficou comprovada a existência de um contrato de natureza civil para prestação de serviços autônomos, a 1ª Vara do Trabalho de Bauru (SP) julgou improcedente o pedido de reconhecimento de vínculo de emprego de um corretor de imóveis que trabalhava para a empresa MRV Engenharia, além de condená-lo ao pagamento de multa por litigância de má-fé.

## [Espanha adota nova reforma trabalhista para combater contratos temporários](#)

Consultor Jurídico - 04/01/2022

Em 2022, a Espanha terá uma nova legislação trabalhista. As regras foram aprovadas no final do último mês dezembro e revogam diversos dispositivos da reforma trabalhista instituída em 2012 no país — que serviu de inspiração para a reforma brasileira de 2017. O principal objetivo da medida é combater a alta porcentagem de contratos temporários de trabalho no país, que hoje é de cerca de 26% do total. Algumas alterações promovidas em 2012 deram maior poder aos empresários e abriram caminho para empresas multissetoriais que, segundo as motivações das mudanças, precarizaram as condições de trabalho.

## [Juíza determina redução de jornada para mãe cuidar do filho com paralisia cerebral](#)

Consultor Jurídico - 04/01/2022

O artigo 8º da CLT autoriza o julgamento com base em princípios e normas gerais de direito, analogia e jurisprudência. Assim, diante da ausência de previsão legal expressa sobre a possibilidade de redução de jornada para assistência a filho portador de deficiência, o dispositivo pode ser aplicado. A partir dessa premissa, a juíza Andréa Cristina de Souza Haus Waldrigues, da 3ª Vara do Trabalho de Lages (SC), deu provimento a mandado de segurança em favor de uma trabalhadora e determinou que seu empregador reduza sua jornada de trabalho para que ela possa cuidar do filho de nove anos, que tem paralisia cerebral. A diminuição será de 40 para 30 horas semanais, sem prejuízo da remuneração.



## Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1.003, DE 30 DE JUNHO DE 2021](#) (DOU de 03/01/2022 Seção I Pág. 11) - Os serviços de instalação, manutenção e reparação hidráulica, elétrica, sanitária, de gás e de sistemas contra incêndio são tributados pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, e não estão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, ainda que prestados mediante empreitada. Entretanto, se forem prestados mediante cessão ou locação de mão-de-obra, constituem atividade vedada ao Simples Nacional;

[PORTARIA INTERMINISTERIAL MTP/ME Nº 3, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021](#) (DOU de 03/01/2022 Seção I Pág. 75) - Disciplina a forma de apresentação pelo segurado especial de informações no Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais – eSocial;

[PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 967, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 03/01/2022 Seção I Pág. 75) - Disponibiliza a solicitação de laudo médico pelos serviços 'Cópia de Processo' e 'Cópia de Processo - Entidade Conveniada', quando não for possível obter o laudo médico diretamente pelo Meu INSS;

[LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022](#) (DOU de 04/01/2022 Seção I Pág. 01) - Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975;

[CIRCULAR Nº 968, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 04/01/2022 Seção I Pág. 35) - Divulga a versão 14 do Manual de Orientações Recolhimentos Mensais e Rescisórios ao FGTS e das Contribuições Sociais;

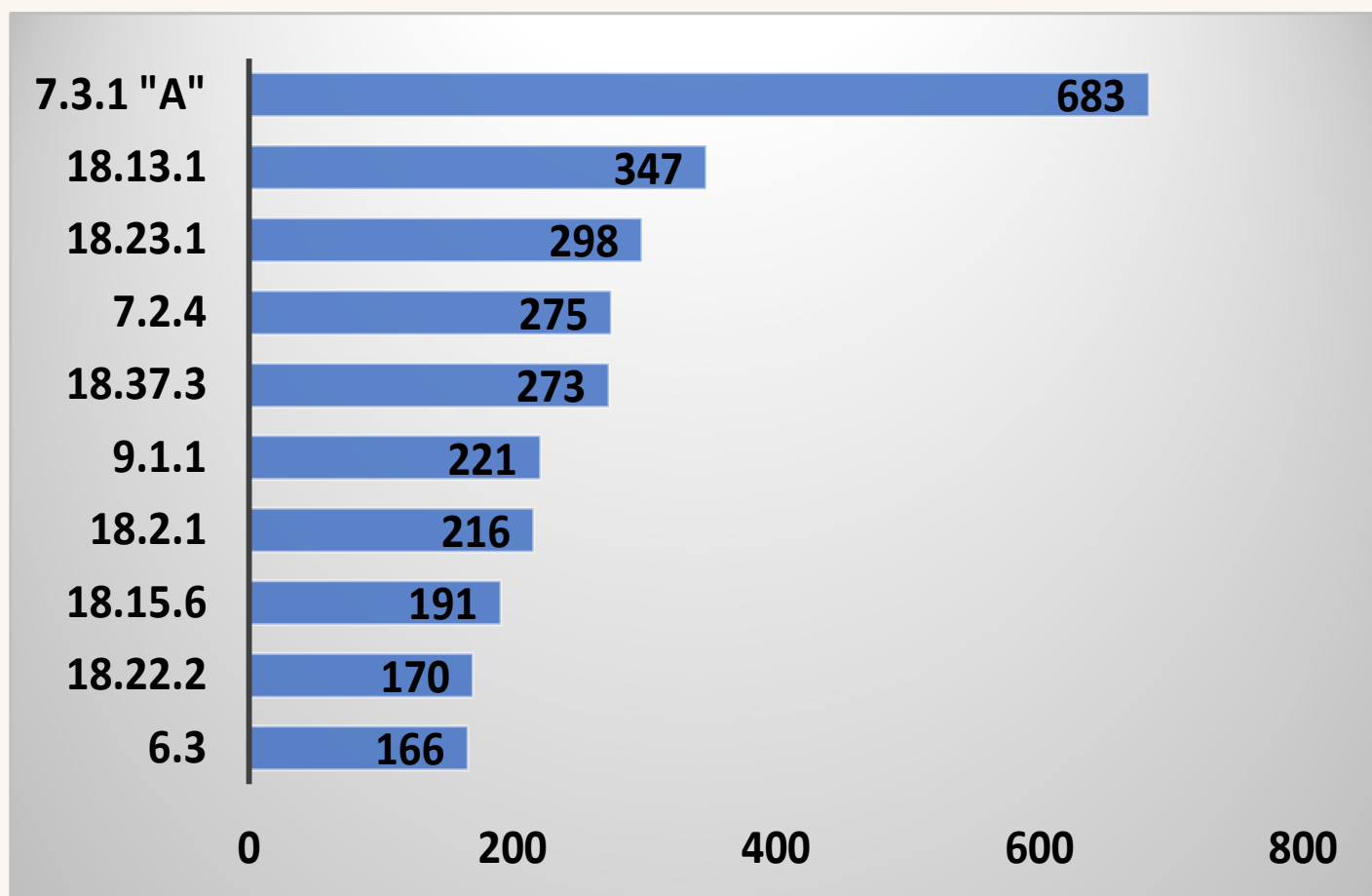
[PORTARIA MTP N° 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2022](#) (DOU de 04/01/2022 Seção I Pág. 62) - Altera os artigos 247, 281 e 282 da Portaria/MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA N° 2.013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021](#) (DOU de 06/01/2022 Seção I Pág. 14) - O gasto custeado pelo empregador com vale-transporte fornecido a seus funcionários que trabalham diretamente na produção de bens ou na prestação de serviços, por ser despesa decorrente de imposição legal, pode ser considerado insumo, para fins do desconto de crédito de PIS/Pasep previsto no art. 3º, inciso II, da Lei n° 10.637, de 2002.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Notificação” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2021 (jan/nov):



**Retificação:** As extrações dos dados divulgados nas edições anteriores consideraram um período temporal maior do que somente a fiscalização realizada ao longo do ano de 2021.

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

**Notificação:** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram solicitados as empresas a comprovação de regularidade ou a identificação de irregularidade durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “autuações”, “regularizados na ação fiscal”, “Embargo” ou “Interdição” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**7.3.1** Compete ao empregador:

**a)** garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

**18.13.1** É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

**18.23.1** A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

**7.2.4** O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.

**18.37.3** É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

**9.1.1** Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambien

te de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

**18.2.1** É obrigatória a comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início das atividades, das seguintes informações:

- a) endereço correto da obra;
- b) endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) do contratante, empregador ou condomínio;
- c) tipo de obra;
- d) datas previstas do início e conclusão da obra;
- e) número máximo previsto de trabalhadores na obra

**18.15.6** Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

**18.22.2** Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

**6.3** A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*